



Revista Educação e (Trans)formação
Journal Education and (Trans)formation

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTROVÉRSIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA ESCOLAR

POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT: CONTROVERSIES BETWEEN THEORY AND SCHOOL PRACTICE

Larissa Torres Barbosa¹
larissatorres6996@gmail.com

Danielle dos Santos Silva²
daniellesantosufrpe@gmail.com

Jailze de Oliveira Santos³
jailze.santos@ufape.edu.br

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada durante o Estágio Obrigatório III em gestão escolar do curso de Pedagogia da UFape. Neste estudo, focamos nossa discussão no envolvimento da comunidade escolar e familiar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de campo, cujos instrumentos metodológicos dizem respeito ao uso da observação participante, entrevista semiestruturada e do recurso gravador de voz. Incluiu uma revisão da literatura, entrevistas com a gestora e análise de conteúdo dos dados coletados. Ainda existem diversas barreiras que fazem com que essa participação coletiva ocorra de maneira defasada e que ainda é necessário aumentar a participação da comunidade na elaboração do PPP e a democratização do acesso aos seus resultados. A participação da comunidade escolar na construção do PPP contribui para um planejamento mais forte e alinha os objetivos educacionais com as necessidades da comunidade. Assim, se faz necessário tecer novos debates e desenvolver novos mecanismos de democratização da participação coletiva e do livre acesso aos seus resultados.

Palavras-chave: PPP; Gestão; Construção; Democracia.

¹Graduação, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFape.

²Graduação, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFape.

³ Doutora, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFape.

Abstract

This article is the result of research conducted during the Mandatory Internship III in school management of the Pedagogy course at UFAPE. In this study, we focus our discussion on the involvement of the school and family community in the elaboration of the Political-Pedagogical Project (PPP). It is a qualitative and field-based research, with methodological instruments involving the use of participant observation, semi-structured interviews, and voice recording. It included a literature review, interviews with the manager, and content analysis of the collected data. There are still various barriers that cause this collective participation to occur in a lagged manner, and there is still a need to increase community participation in the elaboration of the PPP and democratize access to its results. The participation of the school community in the construction of the PPP contributes to a stronger planning and aligns educational objectives with community needs. Thus, it is necessary to foster new debates and develop new mechanisms for democratizing collective participation and ensuring free access to its results.

Keywords: PPP. management. construction. democracy.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em uma escola de Educação Infantil no município de Garanhuns - PE, a partir da realização do Estágio Obrigatório III do curso de pedagogia da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, com foco na gestão escolar. Durante a realização do estágio, observamos fatores como a infraestrutura escolar, as dinâmicas de trabalho dos funcionários com a gestão, além de realizar a leitura do PPP da instituição e identificar as lacunas no que tange a construção e o acesso ao documento, o que se constitui como foco da nossa discussão.

A escola é uma instituição social de grande importância em todas as sociedades, onde por meio dela o sujeito desenvolve aspectos cognitivos, afetivos, entre outros essenciais para seu pleno desenvolvimento (Santos e Araújo, 2020). Explorar as complexidades do ambiente escolar é fundamental para a formação de profissionais, principalmente sendo a gestão um campo de atuação de pedagogos. Ao adentrar nos bastidores da gestão escolar, este estudo propiciou a oportunidade de observar de perto a dinâmica interna da coordenação escolar, onde se buscou compreender de maneira mais profunda a importância do PPP e os sujeitos que nele devem estar inclusos ou que dele foram excluídos.

No entanto, notou-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) ainda estava em construção, revelando um desafio significativo na estruturação das diretrizes educacionais. O contexto educativo contemporâneo exige uma abordagem abrangente e cuidadosamente planejada para garantir o crescimento completo dos estudantes. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) emerge como um instrumento de grande importância para nortear as ações de

uma instituição de ensino. Entretanto, a ausência ou a falta de conclusão do PPP pode representar um desafio significativo para a realização dos objetivos educacionais.

Diante do exposto, surge então a problemática da pesquisa: De que formas a comunidade escolar e familiar se envolvem na elaboração do PPP? Visando responder a problemática, nosso objetivo geral se constituiu em compreender as formas como a gestão envolve a comunidade escolar e familiar na elaboração do PPP; e como objetivos específicos estão: 1 - Observar a interação gestão e comunidade escolar; 2 - identificar as lacunas em relação a construção ou acesso ao PPP da instituição.

O artigo está organizado em quatro seções principais, sem considerar a introdução. Na primeira, apresentaremos uma breve explicação sobre o que é o Projeto Político Pedagógico e a sua relevância nas instituições de ensino, apontando sua importância como norteador das práticas educacionais, discutindo o direito do acesso na construção e aos resultados desse documento, além de abordarmos as dificuldades encontradas no processo da elaboração do PPP, focando especialmente na colaboração da comunidade escolar e familiar. Na segunda seção apresentamos o tipo de pesquisa e os instrumentos metodológicos. Na terceira seção entraremos nos resultados da pesquisa e na discussão dos dados apresentados. Por fim, na conclusão, faremos uma síntese dos principais pontos abordados e apresentaremos algumas considerações finais sobre o tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

O papel significativo do Projeto Político Pedagógico nas instituições de ensino

A importância do PPP encontra-se na sua capacidade de direcionar o processo de ensino-aprendizagem de maneira estruturada e alinhada com os propósitos da instituição. Tem como definição, estratégias pedagógicas, metas educacionais, formas de avaliação e os recursos necessários, oferecendo a implementação das atividades escolares e a estrutura para o planejamento. Também realiza um papel essencial na criação de um ambiente educacional, ao determinar princípios que orientam as relações interpessoais, os valores cidadãos e a participação da comunidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) possui grande importância nas instituições de ensino regular, seja ele municipal ou estadual e sua relevância está ligada a diversos fatores no contexto educacional, onde o mesmo é direcionado aos propósitos, valores e identidade da escola. Surge como uma ferramenta fundamental que vai além de ser um mero plano adminis-

trativo, ele estabelece como uma ponte entre os propósitos educativos e as necessidades da comunidade, tendo como função:

[...] buscar um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais (Veiga, 1998, p. 12).

O PPP não é apenas um conjunto de metas e estratégias, o documento traz diversos dados sobre a instituição, como a sua identidade, seus princípios filosóficos, suas metas, valores, visão além dos seus objetivos enquanto instituição de ensino. É um documento que não deve permanecer na gaveta, mas deve ser constantemente revisitado e vivenciado na escola. Em sua construção é importante que haja uma participação ativa e colaborativa de diversos atores, refletindo a natureza coletiva e democrática do documento. Desta forma, é indispensável a participação de professores, gestores, pais, alunos e também os membros da comunidade escolar. É um instrumento democrático, onde a voz de todos os participantes deve ser valorizada, possibilitando a participação ativa dos envolvidos na escolha das estratégias pedagógicas e na definição dos objetivos. Nas palavras de Veiga (1998):

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (Veiga, 1998, p.13-14).

A atuação dos educadores é de grande importância, uma vez que são os principais agentes envolvidos na execução do PPP. Suas práticas e compreensão são essenciais para alinhar os propósitos educacionais com as práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula. Desta forma, “[...] os professores como pessoas diretamente ligadas ao processo de ensino aprendizagem, tem uma grande força dentro de sala para pôr em prática todo um planejamento formado dentro do PPP.” (Santos, 2022, p. 2).

Ademais, a participação dos pais e alunos é igualmente relevante na construção do PPP, e a instituição deve reconhecer a importância de suas opiniões e necessidades, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais democrático e inclusivo, uma vez que o documento não deve propor estratégias e objetivos que estejam descontextualizados da realidade da escola e dos alunos (Santos, 2022). Na implementação do PPP os gestores desempenham um papel fundamental uma vez que devem prezar pelo andamento do PPP bem como assegu-

rar a participação coletiva em sua construção e no direito de acompanhar e executar junto da escola as ações necessárias para a melhoria e a democracia escolar (Santos, 2022). Igualmente importante, todos os membros da comunidade escolar devem fazer parte dessa construção, uma vez que estão imersos na realidade da escola e suas contribuições se fazem necessárias. Todos os envolvidos devem ter acesso aos resultados do plano, visualizando os progressos alcançados e de forma que compreendam as metas e estratégias traçadas coletivamente. Isso fortalece a relação de confiança entre a escola e a comunidade.

Ao evidenciar as proporções políticas e pedagógicas, o PPP também transcende a sala de aula, realizando um papel na construção de uma coletividade mais participativa e consciente, uma vez que "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani, 1983, p. 93). O Projeto Político- Pedagógico possibilita a transparência e a prestação de contas da escola a seus integrantes, pais e alunos. Ao traçar as metas e os objetivos da instituição, ele possibilita o acompanhamento do desempenho educacional e a constante avaliação de seus resultados ou falhas. Desta forma, se pode traçar uma sequência de melhorias, onde as práticas são revisadas para que possam ser ajustadas para garantir resultados mais eficientes e alinhados com os objetivos educacionais da instituição.

Obstáculos e abordagens na construção do Projeto Político Pedagógico

A implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) enfrenta desafios consideráveis quando se trata de garantir a participação efetiva da comunidade escolar e familiar. Essas dificuldades podem surgir devido a alguns fatores complexos que afetam o desenvolvimento e o comprometimento das diferentes partes envolvidas.

[...] é necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para atingir a almejada cidadania". Para a autora "A escola persegue finalidades", ou seja, deve-se levantar um diagnóstico inicial para, a partir dele, planejar ações para atender suas necessidades e finalidades (Veiga, 1998, p. 23).

Um dos principais problemas está relacionado à falta de tempo e disponibilidade. Os pais e membros da comunidade estão frequentemente ocupados com compromissos profissionais e pessoais, o que pode dificultar sua participação em reuniões ou atividades relacionadas ao PPP. Outra questão que pode se pôr nessa situação é um possível desinteresse mediante a não compreensão da importância do documento ou da importância de sua participação na elaboração do mesmo. Além disso, as escolas precisam se organizar para que seja possível ali-

nhar os horários apropriados para que seja garantida a participação do maior número de sujeitos possíveis, tanto da comunidade escolar quanto familiar e corpo administrativo.

Outro desafio diz respeito à falta de uma comunicação eficaz. Frequentemente, a escola pode não ter os mecanismos adequados para comunicar de forma clara e completa as oportunidades de participação no processo de elaboração do PPP. Isso pode levar à falta de conscientização e compreensão por parte dos pais e da comunidade sobre a relevância do PPP e como eles podem contribuir para isso. Essa situação pode fazer com que a gestão assuma a frente junto a comunidade escolar e acabe deixando a comunidade familiar à margem do processo da elaboração do documento.

A construção de um projeto político-pedagógico fundamentado no princípio democrático coloca a vida da escola em constante inquietação, com participação coletiva na busca de alternativas para o enfrentamento de dificuldades e tomada de decisões. Este processo é complexo e demanda tempo para obtenção de resultados e por isso, ainda em algumas escolas e órgãos diretivos do sistema, convivem-se na construção deste com o envolvimento de alguns, desconsiderando a opinião da comunidade escolar. (Santos *et. al.* 2013, p. 10).

A diversidade de perspectivas e opiniões também pode ser uma fonte de desafios. A comunidade escolar é formada por pessoas com diferentes visões de mundo, experiências e expectativas educacionais. Conciliar essas diferentes visões pode ser difícil e requer habilidades de mediação e diálogo aberto. Além disso, questões culturais, sociais e econômicas podem afetar essa construção. Em algumas culturas e contextos, a participação ativa na escola pode não ser valorizada da mesma forma, resultando em resistência e desinteresse de alguns membros da comunidade.

Assim, o PPP prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas da proposta construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar. (Santos *et. al.* 2013, p. 18).

Para superar essas dificuldades, é fundamental que as escolas adotem estratégias proativas. Isso pode incluir o fornecimento de várias formas de engajamento, como reuniões presenciais, consultas on-line, entre outros meios que possibilitem essa resposta de todos os sujeitos envolvidos no processo. A comunicação clara, a sensibilização sobre a importância do PPP e o reconhecimento das contribuições individuais também são essenciais para superar os desafios relacionados à defasagem na participação da comunidade escolar na elaboração do PPP.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada durante o Estágio Obrigatório III com foco na gestão escolar. O estágio foi realizado em uma escola pública municipal de Educação Infantil localizada no bairro Severiano Moraes Filho na cidade de Garanhuns - PE. O estágio se deu no horário da disciplina compreendendo das 13:00 às 17:00 e contou com cinco observações, e análise do Projeto Político Pedagógico referente à instituição.

Esta pesquisa se constitui enquanto uma pesquisa de campo que “Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 186). Para explorar a questão do envolvimento da escola e da comunidade familiar na formulação do PPP, adotamos uma abordagem de pesquisa qualitativa onde “A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, Deslandes e Gomes, 2009, p. 21).

Nossos instrumentos de coleta de dados se constituem como a entrevista semiestruturada realizada com a gestora da escola onde o estágio foi realizado, além da observação participante e o uso do gravador de voz para registro dos dados da entrevista. A entrevista semiestruturada parte de um esquema básico de perguntas elaboradas pelos pesquisadores, mas que está aberta a modificações e redirecionamentos de acordo com a necessidade da pesquisa (Ludke e André, 1986).

A entrevista contemplou 5 tópicos, onde em cada tópico a quantidade de perguntas variaram entre 3 até 8 perguntas por tópico. No primeiro tópico intitulado “dados e funcionamento da escola” coletamos os dados correspondentes à escola e ao seu funcionamento, como quantidade de funcionários, quantidades de salas entre outras questões mais gerais. No segundo tópico intitulado “Formação acadêmica e atuação profissional” indagamos sobre a formação e tempo de atuação profissional da gestora entrevistada. No terceiro tópico de título “Relação família-escola” buscamos explorar as formas com que a gestora mantinha essa proximidade com a comunidade familiar e quais os modos ela usava para mediar esse contato. O quarto tópico compreendido como “Sobre o PPP” tecemos perguntas que possibilitasse entender qual a importância que a gestora atribui a participação da comunidade escolar na elaboração dos documentos, de que forma trazia esse debate junto aos pais e que forma garantia o acesso aos resultados e acompanhamento do documento. No quinto e último tópico, sendo

“Sobre as reuniões escolares” indagamos sobre questões referentes à frequência de reuniões com os pais, quais temas costumam ser abordados e se eles (os pais) teriam ciência do PPP e de sua importância.

No que tange a observação participante, trata-se de um método de coleta de dados em que o pesquisador mantém uma participação real e próxima de uma comunidade ou grupo a ponto de se confundir como integrante da mesma (Lakatos e Marconi, 2003). A decisão de entrevistar a gestora foi motivada pela necessidade de se compreender de que formas ela mediava a participação desses sujeitos uma vez que, durante uma das observações, constatamos controvérsias entre o que era dito e o que era feito na construção do PPP.

A análise dos dados coletados é realizada usando a abordagem de análise de conteúdo (Bardin, 1977) e pode identificar padrões recorrentes, temas emergentes e categorias relevantes para interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestora entrevistada possui sua formação inicial Magistério, seguido pela graduação em Pedagogia e pós-graduação em Supervisão escolar e Gestão Pedagógica. Atuou durante 25 anos enquanto professora do município de Caetés - PE e mais 11 anos no município de Garanhuns - PE, sendo entre estes, 1 ano no cargo de gestora na escola onde a pesquisa foi realizada.

A partir das observações realizadas no âmbito da pesquisa, optamos por focar em três pontos principais para a construção da análise dos dados, sendo eles: 1 - Que tipo de gestão encontramos nessa instituição; 2 - qual a relação dessa gestão com a comunidade escolar; 3 - De que forma essa comunidade participa ou não da construção do PPP da instituição; Vale ressaltar que no último ponto posto acima, também iremos discutir as controvérsias entre o discurso e a prática que pudemos identificar durante as observações.

Quando questionamos a gestora entrevistada sobre qual o seu tipo de gestão, a entrevistada frisou que em sua prática, reconhecia o tipo de Gestão Democrática, onde a mesma apresentou da seguinte maneira:

“É aquela gestão que está em busca de estabelecer parcerias. Não é mais aquela gestão de décadas e décadas atrás onde a gestora delegava, batia o martelo e era aquilo ali, ninguém podia falar nada, ninguém participava de nada. Hoje a gestão tem que buscar essas parcerias, é possível fazer essa parceria, fazer esse trabalho acontecer, embora tenha os desafios, porque não é fácil, mas também não é impossível, ne?” (Gestora escolar).

No discurso da gestora sobre a sua gestão, podemos identificar pontos importantes sobre esse tipo de gestão, uma vez que vários autores destacam falas semelhantes. De acordo com Veiga, a gestão democrática implica em:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (Veiga, 1998, p. 4).

Ainda no que tange a Gestão Democrática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - lei 9.394/96), no Art. 14, estabelece que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, p. 6).

Como podemos ver, a gestão democrática está intrinsecamente ligada a essa abertura no que tange a participação coletiva das decisões e elaboração do PPP da instituição escolar. Desta forma, chegamos em nosso próximo ponto de análise, que diz respeito à relação que essa gestão estabelece com a comunidade escolar. Quando questionada sobre a forma que a equipe gestora enxerga o papel dessa família na escola e na participação das decisões da mesma, a entrevistada destaca que:

“A família aqui é muito participativa [...] Nossos pais são muito participativos, eles são esclarecidos, eles buscam informação. Eles podem não ter a formação acadêmica necessária, podem até não ter terminado o Ensino Fundamental ou Médio, mas eles buscam a informação” (Gestora escolar).

Complementar a questão destacada acima, ainda questionamos os modos como essa gestão aproxima essa comunidade escolar da escola e das decisões da mesma, e novamente ela destaca que:

“De acordo com o calendário que a gente recebe, respeitando os 200 dias letivos, temos os momentos que acontecem Família Encontro Escola e as reuniões de Pais e Mestres. O Encontro Família Escola é quando a gente se reúne com a equipe, fala do geral, pontua toda a dinâmica da escola, qual a necessidade da equipe gestora nesse momento de informar os pais de toda a dinâmica da escola. E o encontro de Pais e Mestres é aquilo que a gente chama de Plantão Pedagógico” (Gestora escolar).

Assim como ressaltado no primeiro tópico, é muito importante que a comunidade escolar possa ter esse acesso a gestão e ter esclarecimento sobre a dinâmica da instituição, para que possa manter o acompanhamento, inclusive, no que tange a aprendizagem de seus filhos. A inclusão da comunidade escolar nas decisões da escola é de suma importância de forma que seja assegurada a sua participação democrática e que sejam respeitadas as suas opiniões e apontamentos de melhorias.

Esse tipo de gestão está pautado na relação entre comunidade, pais, professores e gestores como corresponsáveis pelo projeto da escola, desembocando em um aprendizado para a democracia e uma melhoria do ensino, pois estabelece um conhecimento mútuo sobre as necessidades dos alunos (Fuini, 2018, p. 94).

No que tange a elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição, no ato das observações nos foi informado que o mesmo estaria passando por uma reformulação, uma vez que a Prefeitura Municipal de Garanhuns havia realizado um processo seletivo para o cargo de gestores escolares no ano anterior e, diante disso, o PPP da instituição precisaria passar por uma atualização. Ao questionar a gestora sobre quem participou dessa elaboração e quais as formas que essa participação foi assegurada, a mesma descreveu da seguinte maneira:

“Todos participam, corpo docente, administrativo e comunidade escolar. A gente faz momentos, sabe? A gente reúne, faz os estudos, apresenta o documento, tanto a questão com as famílias quanto o corpo docente e administrativo, passaram por um processo de uma pesquisa, de uma análise, quais são os pontos positivos e negativos internamente, externamente [...] Então essa opinião é consolidada, a gente consolida essas opiniões no documento e faz um plano de ação baseado nessas carências, nessas ameaças, sanando o que eles apresentaram. Os pais participam justamente através dessa pesquisa” (Gestora escolar).

Em seguida, de forma a aprofundar o assunto, questionamos de que forma esse documento ficaria disposto para consultas da comunidade e do corpo escolar, após passar por essa fase de avaliação pela Secretaria de Educação. A resposta que se sucedeu foi posta da seguinte forma:

“Então, ele não é um documento de gaveta, ele vai ter que ter vida, vai ter que passar para a prática. [...] o PPP ele vai ter que estar nessa dinâmica de análise, avaliação e retomadas” (Gestora escolar)

Ao fazermos uma análise mais atenta da resposta da gestora, perceberemos que ela não contemplou a resposta da pergunta em si e acabou por não nos fornecer uma resposta clara da forma que o documento fica disposto para a consulta da comunidade escolar. Esse ponto

nos faz chegar a controvérsia que identificamos quando estávamos *in loco*. No dia em questão, a gestora teve que se ausentar e quem nos recebeu foi a Coordenadora Pedagógica da instituição. Ao solicitarmos o acesso ao PPP que já havia sido autorizado pela gestora, a Coordenadora, no entanto, se mostrou relutante reforçando a impossibilidade de nos fornecer o documento diante da afirmativa que o documento que ela tinha acesso não estava atualizado e que a versão atualizada estaria disposto somente no computador pessoal da gestora. Com isso, podemos ver claramente um embate entre o que a gestora disse durante a entrevista e o que de fato aconteceu durante as observações.

Outra fala que nos chamou atenção e que acabou por se tornar objeto de estudo deste artigo é que enquanto a gestora dizia que toda a comunidade participou e que a elaboração do documento estava sendo feito coletivamente, durante o momento de ausência da gestora, a Coordenadora disse que só teria acesso a versão atualizada do PPP quando fosse para a casa da gestora terminar o documento junto dela. Essa fala nos trouxe estranhamento, uma vez que o discurso acabava por destoar da prática que estávamos observando. Sendo o PPP um documento que deve ter seu acesso democratizado para eventuais consultas da comunidade, seria importante que o mesmo estivesse disposto, pelo menos, no computador coletivo da instituição, todavia, segundo a própria fala da Coordenadora Pedagógica, estava somente no computador de uso pessoal da gestora, o que nos mostra uma significativa controvérsia entre o dito e o que estava sendo feito. Assim como destaca Santos *et. al.* “Em algumas situações o projeto político pedagógico (PPP) é elaborado somente pela equipe pedagógica da escola, sem a participação efetiva dos pais, alunos e professores das mais diversas áreas do conhecimento” (Santos *et. al.* 2013, p. 10).

Ainda no tange o acesso ao documento, é necessário destacar que o mesmo não deve ser arquivado, mas que deve estar a dispor da comunidade para consultas, esclarecimentos, sugestões, entre outras aspectos, uma vez que o documento é a junção de todas as visões de uma escola ideal e de qualidade de todos aqueles que fazem parte de sua vivência. É um documento que deve ter seu acesso democratizado, uma vez que o mesmo deve ser capaz de “contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar” (Santos *et. al.* 2013. p. 18). Dessa forma, não devem haver receios na disposição do PPP, garantindo que o acesso democrático ocorra não só

na sua elaboração, mas que se consolide também no direito de acompanhar seus resultados e de fazer parte de sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, foi possível identificar que ainda há muito o que ser feito no que tange a total democratização do acesso ao PPP e do direito à participação na elaboração do mesmo. Compreendemos que a organização para uma participação coletiva ainda é um desafio a ser superado pelas instituições de ensino, mas reforçamos a importância de que seja garantido esse direito e que o acesso ao documento não venha a ser um empecilho, assim como o pedido para consultas não seja permeado por barreiras de qualquer natureza..

Com base nos dados apresentados, podemos perceber que a construção coletiva do PPP ainda precisa passar por alguns diálogos e que mecanismos mais eficientes precisam ser elaborados de forma que sejam capazes de garantir o direito da participação como um todo, sem excluir dela nenhum agente que faz parte das dinâmicas presentes no âmbito escolar.

Ainda de acordo com os resultados obtidos, consideramos que os objetivos deste estudo foram alcançados uma vez que conseguimos, através da observação participante e demais instrumentos metodológicos empregados nesta pesquisa, observar a dinâmica e interação entre a escola e a comunidade escolar como um todo. Além deste objetivo, também conseguimos identificar as possíveis lacunas que poderiam se apresentar durante a pesquisa, lacunas estas que foram o objeto de enfoque deste estudo.

Desta forma, consideramos essa pesquisa importante para a reflexão e o debate acerca da construção Projeto Político Pedagógico, visando trazer para a comunidade aspectos importantes no que tange a reavaliação dos mecanismos de inserção democrática e de livre acesso aos resultados da participação do coletivo. Ressaltamos que o debate não deve ater somente a este estudo, mas que deve avançar no sentido de trazer novas reflexões visando a total melhoria dos mecanismos de democratização dentro das instituições escolares. O PPP é um documento que deve ser vivo dentro do cotidiano escolar e não deve, de maneira alguma, ser um documento arquivado ou trancado em uma gaveta, muito menos um documento permeado por negativas e empecilhos de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: [BARDIN, L. \(1977\). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225. | renan silva - Academia.edu](#). Acesso em: 21 Ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 24 ago. 2023.

FUINI, Lucas Labigalini *et al.* O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR: possibilidades e desafios. **Pósgere**: Revista para pós-graduandos, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 91-107, 2018. Trimestral. Disponível em: <https://posgere.spo.ifsp.edu.br/index.php/posgere/article/view/263>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003**. Disponível em: [LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. — Olivia Neta \(ifrn.edu.br\)](#) Acesso em: 21 Ago. 2023.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, Janina Deia Chagas da Conceição dos *et al.* O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA. **Biológicas & Saúde, [S. l.]**, ano 2013, v. 3, n. 8, p. 9-22, 23 mar. 2013. DOI <https://doi.org/10.25242/8868382013142>. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/view/142/75. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, H. A. dos. Projeto Político Pedagógico: Uma análise da participação da comunidade escolar na sua construção. *Research, Society and Development, [S. l.]*, v. 11, n. 8, p. e53411831468, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31468. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31468>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, J. C. F.; ARAÚJO, K. C. L. C. de. GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE. **Educação e (Trans)formação, [S. l.]**, v. 5, n. 1, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/2757>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **"Para além da curvatura da vara"**. In: Revista Ande nº 3. São Paulo, 1982. _____. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1983.

SILVA, M. A. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez., 2003.

VEIGA, I. P. A.; **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 2 ed. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.